REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA 3

REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - SEÇÃO NITERÓI
ANO 2- JAN/JUN DE 2006
ISSN 1980-9018

Sindicalismo e Reestruturação Produtiva– notas para uma análise baseada na luta de classes

Syndicalism and productive restructuration - note forward an analysis based in classes fight

---

Introdução

Este artigo procura estudar o chamado *novo sindicalismo*, que teve início há vinte anos atrás no Brasil, frente ao impacto da atual reestruturação produtiva. Seu objetivo principal é analisar a reestruturação produtiva no Brasil, dentro do contexto mundial de transformações que ocorrem no capitalismo há, pelo menos, duas décadas nos países ditos *desenvolvidos*, como também nos *periféricos*, oriundas da crise do modelo de acumulação fordista-taylorista. Pretendemos analisar também o impacto dessas mudanças nas relações de trabalho dentro da empresa capitalista e na organização dos trabalhadores.

Objetivamos ainda avaliar as táticas de defesa e alternativas utilizadas pelo movimento operário frente a essas transformações desenvolvidas pelo capital, tomando para isso, como estudo de caso, o *acordo das montadoras* no ABC paulista, iniciado em 1991, do qual participaram sindicatos metalúrgicos da região, montadoras e governo federal. Utilizamos como recorte cronológico o período compreendido entre o fim da década de setenta, quando ganha vulto no país um sindicalismo mais combativo, e meados da década de noventa, quando se observa nitidamente uma mudança da postura deste sindicalismo.

Entretanto, consideramos que os efeitos da reestruturação produtiva são apenas mais um dos fatores que contribuem para essa mudança, pois podemos citar outros elementos que, da mesma forma, influenciaram nesse processo, como por exemplo, a derrocada dos regimes considerados *socialistas* no Leste europeu em 1989 que desorientou setores da esquerda a nível mundial, e fatores especificamente vinculados à natureza da estrutura sindical brasileira, como a acomodação frente ao imposto sindical.

Sendo assim, é recomendável um estudo do processo de reestruturação na produção e do seu impacto sobre o sindicalismo nos países centrais do capitalismo, para que possamos analisar com mais detalhes o caso brasileiro.

A reestruturação produtiva e seus efeitos sobre os trabalhadores

As mudanças na forma de acumulação produtiva do capital, que compõe o quadro mais amplo no qual se processam as alterações de rumo nas ações sindicais e que se desenvolvem em escala planetária, têm sido

O Autor

Teones França
Professor Contratado do Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ) e Doutorando em História na UFF

Resumo

O artigo trata do impacto da reestruturação produtiva sobre o movimento sindical, enfocando especialmente o caso brasileiro, dentro da ótica da mudança de postura evidente em nosso sindicalismo dos anos oitenta para os anos noventa. Por fim, é feita uma análise de um dos principais exemplos dessa mudança de postura: o acordo selado em 1992/1993, entre metalúrgicos, empresários e governo federal.

Palavras-Chave

Reestruturação produtiva – sindicalismo – marxismo.

Abstract

This article highlights the impact of the productive reestructuring of the union movement, focusing specially on the brazilian case, in the light of the evident changing of posture in our movement of union among the workers, from the eighties to

the nineties. Finally, the article also provides an analysis of one of the main exemple from this changing of attitude: the deal fealed in 1992/1993, between metal workers, emplayeers and the federal government.

Keywords
Productive reestructuring – union of workers – marxism.

estudadas por alguns autores de diferentes procedências no campo das ciências sociais, dentre estes podemos citar o trabalho de Jorge Eduardo L. Mattoso, que realiza uma boa síntese do processo de transformação da produção capitalista nos países centrais do capitalismo e seus efeitos sobre os trabalhadores (Mattoso, 1995). [1] Entre os cientistas sociais brasileiros, a literatura já é bastante extensa e permite-nos um balanço sintético.

A partir do final da década de sessenta, nos principais países capitalistas, o modelo fordista-taylorista de acumulação entra em crise. Este modelo tinha como base um processo de produção em massa e em série, em que a empresa possuía uma estrutura verticalizada que fabricava todos os componentes formadores do produto final produzido, o que possibilitava ao movimento sindical assumir um caráter mais coeso.

Sucede-se um período em que grande parcela da humanidade entra em uma longa e profunda recessão. Dessa forma, não resta outra alternativa aos detentores do capital a não ser superar esse modelo de acumulação em crise, implementando uma enorme transformação na produção a partir de meados da década de setenta, [2] utilizando, em grande medida, técnicas empresariais já conhecidas há tempos no Japão.

Mesmo que de forma simplificada, é possível estabelecer, de acordo com Mattos, cinco características centrais desse conjunto de transformações: uma nova fase de internacionalização do capital, um processo de desindustrialização, as transformações tecnológicas e nas relações de trabalho, as mudanças na composição da classe trabalhadora e uma alteração no papel atribuído ao Estado (Mattos, 1998 a, pp. 48-50).

A internacionalização do capital atinge, a partir da década de oitenta, mais particularmente, um estágio muito mais elevado que aquele que existia na economia do *welfare state*. No processo mais recente, também conhecido como globalização financeira, o capital financeiro, diferente do período anterior, é o grande personagem do capitalismo, muito embora a sua atuação sempre tenha como *lócus* de origem a produção. Além do mais, nesse novo momento da internacionalização do capital, observamos a integração dos mercados, sob controle dos países que ditam a economia mundial.

A desindustrialização é caracterizada pela redução da participação do setor industrial nas economias mais desenvolvidas do capitalismo, ocasionando, nas últimas décadas, o fechamento de muitas fábricas e a redução dos postos de trabalho nas indústrias, além do crescimento do setor de serviços, que aumentou bastante nas áreas de apoio à produção. Este processo, ao lado das transformações tecnológicas, que faz com que máquinas substituam homens de maneira mais acelerada no processo produtivo, são as principais expressões, de acordo com alguns autores (Gorz, 1982 / Offe, 1989), para decretarmos o fim da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea.

No entanto, outros cientistas sociais alertam para o exagero que compõe esta afirmação, contra-argumentando que a produção industrial não foi deslocada de seu lugar central nas economias capitalistas (Mattos, op. cit.) ou, por outro lado, que só é possível falarmos da possibilidade do fim da centralidade do trabalho, se estivermos falando do trabalho *abstrato*, ou seja, daquele trabalho que cria valores de troca, o que poderia acontecer em uma sociedade para além do capital, mas nunca do trabalho *concreto*, o trabalho que cria coisas socialmente úteis (Antunes, 1995 a). Em suma, para estes autores, afirmar a possibilidade de fim da centralidade do trabalho ou fim da classe na sociedade capitalista é um paradoxo.

Em questão às mudanças nas relações de trabalho, observamos que elas se expressam sob determinadas formas. Em primeiro lugar, há um estímulo à polivalência do operário, onde este executa tarefas que antes eram realizadas por quatro ou cinco e, além do mais, um operário polivalente traz várias vantagens para a empresa, pois elimina estoques, reduz o chamado tempo ocioso, já que há uma intensificação do trabalho, e

possibilita uma mobilidade da mão-de-obra que pode ser deslocada através dos vários processos fabris de acordo com a conveniência da indústria em dado momento.

Outro tipo de mudança nas relações de trabalho são os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's), que são compostos por pequeno número de funcionários *voluntários*, reunindo-se periodicamente para analisar e propor idéias no que tange a melhorias e modificações na empresa. Já o método *just in time/kanban* é um pouco mais abrangente que os CCQ's, pois envolve a produção como um todo (trabalhadores, gerência, e até clientes e fornecedores) para produzir o que é necessário, na quantidade necessária e no momento necessário, quer dizer, produz somente aquilo que terá utilização imediata (Salerno, 1985, pp. 181-202).

Poderíamos citar outras mudanças que ocorrem nas relações de trabalho na fase mais recente do capitalismo, como o programa de qualidade total, a gestão participativa e outras, porém todas são oriundas da lógica de flexibilizar a produção e produzir de acordo com o *gosto do freguês*, tendo, portanto, um sentido inverso do que era empregado no período fordista, no qual se visava produzir em massa e o processo produtivo tinha um caráter bastante rígido. Apenas para ilustrar, lembremos da frase característica deste momento: *iremos produzir carros de todas as cores, desde que sejam pretos*.

Segundo a lógica mais recente da flexibilização produtiva, é preciso integrar o trabalhador aos objetivos da empresa fazendo com que ele aceite a necessidade de controlar a sua própria qualidade e a de seus colegas de setor, o que significa, na verdade, fazer com que ele compartilhe com a ânsia, própria do capital, de expansão da produtividade e dos lucros. Trocando em miúdos, a intenção é convencê-lo a *vestir a camisa da empresa*.

Após arrolarmos todas essas transformações que vêm ocorrendo no mundo da produção capitalista, é mais fácil identificarmos as modificações na composição da classe trabalhadora. Conforme nos lembra Antunes *"se Gramsci fez indicações tão significativas acerca da concepção integral do fordismo, do 'novo tipo humano', em consonância com o 'novo tipo de trabalho e de produção', o toyotismo por certo aprofundou esta integralidade"* e, mais à frente, afirma que *"o estranhamento* [refere-se aqui à separação entre concepção e execução no processo de trabalho – que, ao contrário de outros autores, ele considera que está presente no modelo da Toyota – em que o trabalhador é estranho à concepção do produto que contribui na feitura] *próprio do toyotismo é aquele dado pelo 'envolvimento cooptado', que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho"* (Antunes, op. cit. p. 34).

Assim, mesmo que discordemos das hipóteses que defendem o fim da classe operária ou que o trabalho não seja mais o elemento central na sociedade contemporânea, é praticamente impossível não percebermos que não se trata mais da mesma classe oriunda do modelo de acumulação fordista-taylorista, no qual o trabalhador era especialista em apenas uma tarefa, trabalhando lado a lado na linha de montagem e realizando funções repetitivas.

Ao contrário, a classe trabalhadora encontra-se hoje *heterogênea, fragmentada e complexificada*, em decorrência da *subproletarização do trabalho*, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, etc.; do aumento do contingente da força de trabalho feminino; de um intenso processo de assalariamento dos setores médios, advindos da expansão do setor de serviços (Idem, pp. 44-46).

Ainda em relação às características centrais do processo de reestruturação produtiva, resta-nos falar da mudança no papel do Estado, necessária ao novo modelo de acumulação. Neste não cabe mais ao Estado a tarefa assumida no pós-guerra nos países capitalistas mais *desenvolvidos* industrialmente, de intervenção direta na economia, encampando ou

criando novas empresas, regulando preços e salários e mediando conflitos entre os agentes econômicos; e de ampliação de benefícios e serviços ligados à seguridade social.

Nas últimas décadas, o papel assumido pelo Estado no período chamado de *welfare state* não se mostrou mais necessário, não apenas em função da crise do modelo de acumulação econômica, mas também por causa do fim do *perigo comunista*, com a derrocada dos regimes do leste europeu e da guerra fria, que contribuíram para que as políticas liberais pudessem ganhar novamente o espaço perdido após a década de 1920. Assim, expande-se nos diversos países do mundo, após a década de setenta, o pensamento liberal de Friedrich Hayek e outros arautos da economia de mercado, do Estado-mínimo e do fim dos benefícios e serviços ligados à seguridade social.

Sindicalismo e reestruturação produtiva

Quanto ao impacto desse processo de reestruturação produtiva sobre o sindicalismo podemos apontar alguns aspectos. A internacionalização dos grandes conglomerados empresariais acaba empurrando os trabalhadores para uma competição internacional: são fechadas as fábricas em que a produtividade é mais baixa e onde a atuação dos sindicatos é mais combativa. No entanto, se a estratégia do capital é criar um clima de competitividade entre os trabalhadores da mesma empresa ou do mesmo ramo produtivo, nas mais diferentes regiões do mundo, acaba por impor uma contrapartida sindical, mesmo que timidamente, que é a reatualização da antiga palavra de ordem do *internacionalismo operário* (Mattos, op. cit., pp. 50-51).

As transformações tecnológicas e nas relações de trabalho geram diminuição no número de postos de trabalho e estão acopladas a diversas propostas de colaboração entre capital e trabalho. Isso fez com que os sindicatos tivessem que dominar conhecimentos profundos sobre o processo produtivo e as inovações técnicas e gerenciais, e procurassem se mover contra as suas conseqüências sociais, acompanhando-as desde a fase de planejamento. Entretanto, muitos deles acabaram por transformar esse acompanhamento em um instrumento de barganha com o empresariado, almejando conquistar o que fosse *menos pior* ou amenizar o impacto das transformações, aceitando-as como inevitáveis, o que fez de entidades e grupos de dirigentes sindicais avalistas das mudanças.

O movimento sindical está, dessa maneira, obrigado a formular estratégias includentes, que apontem para a representação dos *terceirizados*, precarizados e desempregados, para alargar a sua base social de apoio (Idem, p. 51), pois como conseqüência de todo esse processo, as taxas de sindicalização diminuíram nas últimas décadas nos EUA, Japão, França, Itália, Alemanha, Suíça, Reino Unido e outros. E, ainda, o poder dos sindicatos foi enfraquecido em função da queda do número de

trabalhadores estáveis e o aumento do *subproletariado* (Antunes, op. cit., p. 150).

O Brasil, a partir da década de noventa, começa a fazer parte desse quadro, pois aqui a lógica para a superação da crise de acumulação do capital, que teve uma grande contribuição dos últimos governos eleitos no país, não difere muito do centro capitalista: desmantelamento do aparato burocrático do Estado, reestruturação da produção, desregulamentação da economia e flexibilização do mercado de trabalho. Esta última, no caso brasileiro, significa acabar com os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores através da CLT e da Constituição nacional de 1988, para que as relações de trabalho no mercado sejam maleáveis o suficiente para atender as demandas da flexibilidade produtiva e, assim, um trabalhador possa trabalhar em um mês dez horas por dia e, no seguinte, três horas, dependendo das exigências e necessidades do capital no mercado.

Aqui, como nos mostra Márcia Leite, a reestruturação produtiva se inicia (em relação às mudanças nas empresas) no final dos anos setenta, mas só acontece de maneira efetiva no início dos anos noventa, com o aprofundamento da crise econômica, que fez diminuir o mercado interno e forçou as empresas a se voltarem para o exterior; e com a política de abertura adotada no governo Collor de Melo, que obrigou as empresas a melhorarem suas estratégias de produtividade e qualidade em função da concorrência internacional (Leite, 1994, pp. 563-579).

No entanto, apesar de participar do contexto político, econômico e cultural do capitalismo globalizado, o Brasil possui suas especificidades que se explicitam no caso do sindicalismo. Na década de oitenta, por exemplo, enquanto o movimento sindical europeu viveu uma tremenda crise, com diminuição do número de greves e uma dessindicalização em massa, aqui se passou por um momento muito positivo com o surgimento e fortalecimento do *novo sindicalismo*, que teve como expressões máximas a onda grevista do período e o nascimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), configurando um grande avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado (Antunes, 1995 a / 1995 b).

Muito embora esse sindicalismo reinante na década de oitenta no Brasil não tenha conseguido, por pura incapacidade, transformar em realidade várias bandeiras de luta, que eram reivindicações suas em fins dos anos setenta, como, por exemplo, a total autonomia do movimento sindical em relação ao Estado (Mattos, 1998 b), é inegável que a sua atuação era muito mais animadora (de acordo com alguns autores, como Ricardo Antunes) do que a apresentada nos anos noventa pelo movimento sindical brasileiro.

Na década atual, o sindicalismo no Brasil tem apresentado uma postura bastante diferente da de quinze anos anteriores, que se expressa, por exemplo, no *acordo das montadoras*, que será analisado a seguir e, que reflete, dentre outros fatores, o impacto das transformações decorrentes da reestruturação na produção capitalista, tem gerado muitos debates, internos e externos ao movimento sindical.

O acordo das montadoras – expressão do sindicalismo propositivo frente à reestruturação produtiva

Em fevereiro de 1993, foi assinada a segunda versão do acordo das montadoras, aprofundando marcos estipulados na primeira versão. Além do governo da União e do estado de São Paulo, assinaram esse acordo os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, [3] Betim e São Paulo (dirigido pela Força Sindical, que começou a participar de forma mais ativa, especialmente através dos metalúrgicos da capital paulista, a partir do primeiro acordo, pois percebeu o enorme espaço alcançado por estes na sociedade).

Segundo o Boletim do DIEESE, de março de 1993, dentre outras cláusulas, constava nesse acordo:

1 Emprego – buscar-se-ia, durante a vigência do acordo, a ampliação do nível de emprego, que teria como metas preliminares: + 4.000 nas montadoras, + 5.000 na comercialização, + 11.000 no setor financeiro e + 70.000 nos demais setores, o que daria um total de 90.000 empregos, além dos já existentes;

2 Salários – a categoria teria o seu salário reajustado mensalmente, a título de antecipação compensável nas datas-base. As empresas comprometiam-se a conceder aumento real de 20%, divididos em três parcelas de 6,27% no dia 1º de abril dos anos 1993, 1994 e 1995;

3 Impostos e lucros – o governo se comprometia a reduzir o IPI em 6% e as empresas a reduzirem seus lucros em 5%, reduzindo em 11% o preço total dos veículos.

Percebe-se uma certa ampliação em determinadas propostas em comparação à primeira versão, especialmente no que diz respeito a salário, preço e lucro.

Alguns autores (Arbix,1996; Cardoso e Comin,1995; e Schürmann,1998), aplaudindo efusivamente esses acordos, justificam a sua positividade salientando que, com eles, a produção e a venda dos veículos cresceram bastante em função do aumento da demanda, assim como as perdas salariais foram recuperadas e o nível de emprego se manteve estável.

A tabela abaixo, que trata de produção e emprego nas montadoras de automóveis a partir dos anos oitenta, nos ajuda a rebater algumas dessas conclusões.

Produção e emprego na indústria montadora

(emprego em 31 de dezembro de cada ano)

ANO	VEÍCULOS	Trabalhadores	Veículos p/ trabalhador
1980	1.165.174	133.683	8,7
1981	780.883	103.992	7,5
1982	859.304	107.137	8,0
1983	896.462	101.087	8,9
1984	864.653	107.447	8,0
1985	966.708	122.217	7,9
1986	1.056.332	129.232	8,2
1987	920.071	113.474	8,1
1988	1.068.756	112.985	9,5
1989	1.013.252	118.369	8,6
1990	914.466	117.396	7,8
1991	960.044	109.428	8,8
1992	1.073.761	105.664	10,2
1993	1.391.376	106.738	13,0
1994	1.581.389	107.134	14,8
1995	1.629.008	104.614	15,6
1996	1.813.881	102.072	17,8

Fonte: Anfavea (1996) e Carta da Anfavea (jan. 1997), In: Bresciani, 1997, pp. 47-48.

Observamos que a produção de veículos nas montadoras só consegue superar os números iniciais da década de oitenta em 1993, ou seja, um ano após a assinatura do primeiro acordo das montadoras, e vai a um crescendo pelo menos até 1996. Em relação ao emprego, supera, em 1992/93, a queda do início dos anos noventa, mas em patamares bem inferiores à década de oitenta, para retomar a queda nos anos finais da tabela. Em contrapartida, a média de veículos fabricados por trabalhador cresce em uma proporção assustadora chegando a dobrar nos últimos cinco anos analisados.

Os dados abaixo permitem uma visão mais nítida em relação aos momentos anterior e posterior aos acordos.

Montadoras - Brasil

	1991	1995	Crescimento
Produção	960,2 mil	1.635,6 mil	70%
Emprego	109,4 mil	103,9 mil	- 5%
Produtividade	8,8%	15,7%	78%

Autopeças - Brasil

	1991	1995	Crescimento

Faturamento	US$ 9,8 bi	US$ 17 bi	74%
Emprego	255.600	223.900	- 12%
Produtividade	US$ 38,5 mil	US$ 75,9 mil	97%

Fonte: Boletim DIEESE, set. 1996, nº 186, p. 6.

Não é preciso grande conhecimento em matemática para perceber que, três anos após o primeiro acordo das montadoras, os empresários puderam festejar o aumento do seu faturamento em decorrência do crescimento da produtividade, enquanto que, para os trabalhadores, pelo menos no que diz respeito à manutenção do emprego – um dos pontos acordados entre as partes, tanto em 1992 como em 1993 – os resultados não foram tão favoráveis, acumulando uma queda de 5% nas montadoras e 12% no setor de autopeças. Não esqueçamos que o segundo acordo previa não somente a manutenção do nível de emprego, mas também o seu crescimento.

O pequeno aumento do número de trabalhadores na indústria automobilística brasileira nos dois anos posteriores ao acordo não significou diminuição da intensidade do ritmo de trabalho, pois a média de veículos produzidos por cada operário permaneceu ascendente. Isso demonstra que o acordo, apesar de expressar uma novidade na relação capital-trabalho em nosso país, não rompia com a lógica da mais-valia relativa que permeia as transformações na produção ao longo de toda a história do capitalismo: mais tecnologia, menos trabalhadores, mais produção e, conseqüentemente, mais lucro. Portanto, o acordo, em nenhum momento, expressou uma maior democratização das relações de trabalho.

Dos três setores que compunham esse pacto tripartite, apenas o empresariado teve o que comemorar, já que as cláusulas que poderiam beneficiar os trabalhadores não foram atingidas a contento, assim como a renúncia fiscal criou, sem dúvida, mais problemas para a combalida economia brasileira.

O debate sindical e acadêmico

Entre os grandes sindicatos metalúrgicos paulistas houve divergência quanto à participação dos representantes da categoria nessas negociações. Em materiais distribuídos aos trabalhadores, os sindicatos de São José dos Campos e Campinas [4] demonstram total descontentamento com as Câmaras Setoriais. Para eles se tratava de “um pacto social disfarçado... e como todo pacto boa coisa não [iria] sobra[r] para os trabalhadores” (Jornal do Metalúrgico, 26/01 a 1/02/1993).

Os sindicatos dessas duas cidades distribuíram coletivamente, em 1993, um cartaz no qual apresentavam os motivos pelos quais os trabalhadores não deveriam concordar com a proposta acordada nas

Câmaras Setoriais: a proposta não repunha as perdas salariais; condicionava o emprego à produção definida pelos patrões; privilegiava os empresários com redução de impostos; não iria melhorar o nível de emprego; não garantia o controle dos lucros dos empresários; dava fôlego ao governo Itamar Franco para que continuasse a implementar a sua política neoliberal; não representava a vontade da categoria, exceto a de São Bernardo do Campo; atrapalhava a campanha salarial e as lutas com outras categorias; e não seria estendido ao conjunto da categoria (Sind. dos Metal. S. J. Campos e Campinas, s/data).

No entanto, para a direção metalúrgica de São Bernardo do Campo, o acordo automotivo, firmado em 1993, era histórico por três motivos em especial: pelo seu conteúdo em termos de relação capital-trabalho, que avançava em direção ao contrato coletivo; pelo retorno do planejamento econômico; e pela real possibilidade de negociação da reestruturação industrial, que daria condições de competitividade à indústria brasileira, sem que isto significasse desemprego e rebaixamento salarial (Sind. Metal. ABC, junho/1993).

Como vemos, a polêmica entre os sindicalistas – que não ficou restrita aos metalúrgicos e se acirrou nos encontros da Central Única dos Trabalhadores ocorridos no período – se dava essencialmente em torno da correção ou não de os trabalhadores gerenciarem, ao lado dos empresários, os problemas do capitalismo. Para a direção dos metalúrgicos de São Bernardo, os patrões poderiam ser parceiros na elevação da competitividade da indústria automobilística nacional, o que, ao final, traria benefícios para os trabalhadores no que concerne a emprego e salário. Já para os dirigentes do setor em São José dos Campos e em Campinas, essa parceria seria impossível porque os patrões sempre buscariam a manutenção, ou mesmo o aumento de seus lucros. Em última instância, a polêmica, por mais que estivesse camuflada pelas questões imediatas, como salário e emprego, pautava-se pela atualidade em enxergar a sociedade capitalista contemporânea a partir do ponto de vista, marxista, da luta de classes.

Esse debate se expandiu pela sociedade e adentrou os muros das universidades. Embora, nesse campo, pudéssemos encontrar análises como a de Ricardo Antunes, considerando que as experiências das Câmaras Setoriais resultaram num grande fracasso para o conjunto dos trabalhadores, em função das perdas de postos de trabalho e do impacto negativo do abandono da perspectiva transformadora (Antunes, 1999, p. 241), a posição que prevaleceu foi a que simpatizava com a postura dos dirigentes de São Bernardo.

Com essa visão, além dos autores já citados (Arbix, 1996; Cardoso e Comin,1995; e Schürmann,1998), destacou-se Francisco de Oliveira,

advogando a tese de que os acordos tripartites pautam-se numa maior democracia das relações entre capital e trabalho. No entanto, o elemento central, escamoteado, continua sendo a questão da classe e/ou do conflito de classe.

Segundo este autor, a participação dos trabalhadores em acordos e negociações com empresários e governo é importante porque não interferir no mercado e deixá-lo à mercê de patrões e governo não será suficiente "para a garantia de um avanço civilizatório" e, pode significar, nas condições brasileiras, não apenas a desindustrialização, mas a "barbárie social" (Oliveira, 1998, p.187).

Fica obscuro o que o autor entende como *civilizatório*, o que nos faz concluir que seriam soluções pouco traumáticas para os atores envolvidos na disputa. Da mesma forma, há uma boa dose de utopia em acreditar que a participação dos trabalhadores em fóruns tripartites será decisiva para evitar a *barbárie social* no Brasil. Esta pode ser uma responsabilidade muito grande sobre os ombros daqueles que estão representando o trabalho nas mesas desses acordos.

Oliveira considera que o acordo das montadoras poderia representar uma radical inovação nas relações capital-trabalho no Brasil, que teria muito a contribuir para moldar uma nova forma da política no Brasil. E continua sua análise:

"A primeira de suas características inovadoras diz respeito a seu objetivo: não sendo um produto *ex abrupto* na história das relações entre duas poderosas categorias sociais – poderosamente desiguais, assinale-se –, ele é também uma ruptura ou um marco no sentido de que a manutenção ou aumento das vendas e fim das demissões não foram subprodutos mínimos de negociações, mas seu objeto prioritário. Isto é, o 'empate' não foi produzido pela incapacidade de cada contendor para levar seu adversário à lona, mas era o resultado para o qual os contendores entraram no ringue. Isto assinala, do ponto de vista das relações capital-trabalho, uma transformação de uma relação de anulação para uma relação que, sem deixar de ser antagônica quanto aos seus interesses em jogo, muda a natureza desse antagonismo, tornado agora algo como um **antagonismo convergente** (Oliveira, 1993, pp. 5-6. Grifo nosso).

Aí está a justificativa (ou permissão) teórica para que o sindicalismo, outrora combativo, pudesse se tornar propositivo sem culpas, não se enxergando como conciliador. Oliveira não nega a permanência, na atualidade, da desigualdade entre as classes, mas nega aquilo que é crucial para fazermos uma análise baseada na luta de classes: a divergência entre elas. Ao considerar que o acordo das montadoras foi positivo porque expressou um *antagonismo convergente*, o autor acaba por defender a possibilidade de cooperação mútua entre as classes. É o "empate", ou a "soma zero". Ninguém ganha, mas não perde (mais) também. Capital e trabalho estão, assim, livres para serem parceiros e não se anularem, mas

convergirem para se obter ganhos mútuos como, nesse caso, aumento das vendas e fim das demissões.

Ainda para Oliveira, nesse acordo os adversários abandonaram a postura excludente de outros conflitos "para uma postura que chamaríamos compreensiva". As negociações caminharam para uma via em que "ambos os contendores procuraram manter seus interesses, mas identificando antes na recessão o inimigo principal" (Idem).

Os antes inimigos *divergentes* nesse momento procuraram, "civilizadamente", encontrar uma saída conjunta e perceberam que o principal inimigo era a recessão. Pergunta simples: que análise podemos fazer da origem da recessão? Não seria esta oriunda da crise do capital e, logo, originada pelos próprios capitalistas? Se for assim, o que os trabalhadores fazem contribuindo para a solução de uma crise que não criaram? Que ganhos eles podem ter? Acima, observamos que no caso do acordo das montadoras, não tiveram muitos.

Em suma, uma análise como a que foi feita por Oliveira e pelos sindicalistas metalúrgicos de São Bernardo do Campo só é possível suprimindo-se o conflito entre as classes, aspecto tão caro para os marxistas.

Conclusão

Este artigo teve como objetivo analisar a influência do processo de reestruturação produtiva sobre o movimento sindical, especialmente em nosso país. No entanto, deixamos claro que as mudanças observadas na postura combativa do sindicalismo brasileiro ao longo dos anos oitenta, para o propositivismo dos anos noventa, não tiveram como causas apenas a reestruturação produtiva.

Ousamos até afirmar que a reestruturação produtiva foi utilizada como álibi para justificar uma concepção de movimento sindical que perpassa pela conciliação entre as classes, quando não a sua própria negação, e que só vislumbra mudanças dentro dos muros do capital.

Um exemplo disso é o que ficou conhecido como "acordo das montadoras" que, impulsionado por uma proposta do sindicalismo cutista, reunia para um pacto trabalhadores, patrões e governo federal, sob o argumento de que conversando todos iriam obter conquistas, sendo que para isso todos teriam que ceder. Entretanto, a concessão que cabia aos trabalhadores foi alta demais e tiveram que renunciar à luta e à combatividade, aspectos tão caros ao movimento sindical brasileiro nos idos anos oitenta. Resultado: mais lucro para os patrões e menos emprego para os trabalhadores.

Por fim, é preciso indicar que a idéia de um sindicalismo propositivo pode até ser feita, mas é preciso ter coragem para fazê-la com a seguinte justificativa: “estamos enterrando o marxismo”, pois os dois são, no final das contas, incompatíveis. O propositivismo cai, por outro lado, como uma luva para o sindicalismo de resultados de Medeiros e Paulinho, já que o imediatismo é o que acaba movendo esse tipo de postura, cuja conseqüência é que vamos entregando de forma cada vez mais rápida nossos alvos, nossas artilharias ...

Fontes e Bibliografia

Boletim DIEESE. Números 144 (março de 1993).

Jornal do Metalúrgico. Órgão informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Caçapava, Jacareí, Santa Branca e Igaratá.

Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Reestruturação do complexo automotivo brasileiro - as propostas dos trabalhadores na Câmara Setorial. Março, 1992.

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Um acordo histórico. 2ª ed., junho, 1993.

Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Campinas. Dez motivos para não concordarmos com a proposta de acordo da Câmara Setorial. S/data.

Tribuna Metalúrgica. Informativo diário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995 a.

_____. O novo sindicalismo no Brasil. São Paulo: Pontes, 1995 b.

_____. Os sentidos do trabalho - ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARBIX, Glauco. Uma aposta no futuro - os primeiros anos da Câmara Setorial da indústria automobilística. São Paulo: Scritta, 1996.

BEYNON, Huw. “As práticas do trabalho em mutação”. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Neoliberalismo, trabalho e sindicato. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997.

BRESCIANI, Luis Paulo. “Os desejos e o limite: reestruturação industrial e ação sindical no complexo automotivo brasileiro”. In: LEITE, Márcia de

Paula (Org.) O Trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. Campinas: Papirus, 1997.

CARDOSO, Adalberto Moreira e COMIN, Álvaro Augusto. “Câmaras Setoriais, modernização produtiva e democratização nas relações de trabalho no Brasil: a experiência do setor automobilístico”. In: VILLAS-BOAS, Gláucia e GONÇALVES, Marco Antônio. O Brasil na virada do século - Debate dos cientistas sociais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

GORZ, André. Adeus ao Proletariado. Rio de Janeiro, Forense, 1982.

LEITE, Márcia de Paula. “Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra”. In: O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século. São Paulo: Cesit / Scritta, 1994.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Políticas nacionais e poder sindical em uma perspectiva comparada”. In: MENDONÇA, Sonia e MOTTA, Márcia (Orgs.). Nação e poder: as dimensões da história. Niterói: Eduff, 1998 a.

_____. Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998 b.

MATTOSO, Jorge Eduardo L. A desordem do trabalho. São Paulo: Scritta, 1995.

OFFE, Claus. “Trabalho como categoria sociológica fundamental?”. In: Trabalho e sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Vol. 1, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. “Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras”. In: Novos estudos Cebrap. São Paulo: nº 26, junho, 1993.

_____. Os direitos do antivalor - a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

SALERNO, Mario Sergio. “Produção, trabalho e participação: CCQ e kanban numa nova imigração japonesa”. In: Processo e relações de trabalho no Brasil. São Paulo: Atlas, 1985.

SCHÜRMANN, Betina. Sindicalismo e democracia: os casos do Brasil e do Chile. Brasília: Edunb, 1998.

---

[1] Ainda é possível destacar o trabalho de Ricardo Antunes, *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. SP, Cortez/Unicamp, 1995, no qual é ressaltado, embora com menos fôlego que aquele, aspectos gerais das mudanças produtivas, conhecidas como *Toyotismo*, e suas influências sobre o mundo do trabalho.

[2] Ao falar da saturação do modelo de acumulação fordista-taylorista estamos nos referindo fundamentalmente à sua crise na grande indústria, pois, conforme nos mostra Huw Beynon, certas características fordistas permanecem em áreas não industriais, como por exemplo, os tempos rígidos e a rotina de divisão de tarefas da rede Mc Donalds. Ver Huw Beynon, "As práticas do trabalho em mutação", in: Ricardo Antunes (org.) *Neoliberalismo, trabalho e sindicato. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra.* SP, Boitempo, 1997.

[3] O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo era nesse momento, e continua a ser, dirigido em sua maioria por membros da corrente petista *Articulação Sindical*, ligada à Lula, Meneguelli, Mercadante e que, no período do acordo das montadoras, era presidido por Vicentinho.

[4] No período dos acordos, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos era, em sua maioria, dirigido por um setor que hoje se organiza no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, enquanto que o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas era, em sua maioria, dirigido pela corrente petista *Democracia Socialista*.